
EDITORIAL

A IGREJA NO DESPONTAR DA "NOVA REPÚBLICA"

A Igreja, realidade histórica extremamente complexa, participa das vicissitudes dos eventos políticos, num tríptico movimento de isenção, de imersão ativa e de impacto receptivo. Nesse envolver-se com e pelos acontecimentos humanos, a Igreja revela sua dupla dimensão constitutiva: obra da presença de Cristo-Espírito e corpo social tecido pelas estruturas sociais humanas. Três movimentos, duas dimensões possibilitam facilmente análises setoriais — freqüentemente propostas como globais em sutil jogo ideológico — e dificultam a captação correta do verdadeiro sentido do agir da Igreja no espaço da Política.

Não raro, como a pecadora aos pés do Mestre, recebe a fúria dos defensores da Lei que a querem apedrejar, porque foi surpreendida em adultério, ao romper o matrimônio plurissecular com o Lorde enjaquetado dos interesses dominantes. Outras vezes, chamam-na de glutona ou beberona, porque freqüentou a alegria festiva de bodas, sempre consideradas burguesas. Essas cenas bíblicas configuram-se como imagens do caminhar da Igreja do Brasil em seus últimos tempos.

Quando irrompeu em 1964 o movimento vitorioso, que se denominou Revolução, o primeiro olhar da Igreja oficial foi de complacência. Mais. De alegria e esperança. Participou explicitamente da "sensação de alívio e de esperança", rendendo graças a Deus, em reconhecimento à sua Proteção Divina que "se fez sentir de maneira sensível e insofismável" atendendo às orações de seus filhos (REB 24 (1964) pp. 491/2). Cedo, bem cedo, começou a arrepender-se desse surto de euforia e confiança num movimento que já trazia no seu bojo os gérmenes de tanta morte e tanto crime.

Fecharam-se quase todos os canais de expressão crítica no país: os sindicatos críticos, as associações estudantis, a oposição política aguerrida, a imprensa livre e audaz, para ir estendendo-se sobre o país a mortalha do silêncio opressor e conivente. Golpes violentos degolaram as cabeças que ainda ousavam alçar-se para protestar contra a série ininterrupta de medidas drásticas em todos os níveis e campos.

Os eventos tristes deste período, que se encerra, estão de tal modo próximos a nós que não necessitam ser relembrados detalhadamente. Ficou-nos na memória a atuação destemida da Igreja, quer através de seus leigos engajados, quer de sua hierarquia. Não poucos de seus mem-

bro — bispos, sacerdotes, líderes camponeses e operários, advogados de presos políticos e posseiros em conflito de terra — foram perseguidos e alguns até mesmo assassinados. Os bispos da CNBB têm praticamente cada ano lançado algum documento orientando a consciência dos fiéis numa posição crítica ao modelo político e econômico, que se implanta no país.

Nesse momento, em que se vive, em todo o país, clima de esperança, ao ver encerrado, sepultado — segundo os nossos desejos para sempre, — esse período de pesadelo, e ao entrever a aurora de liberdade, de participação, de mudanças, a Igreja se pergunta por sua futura atuação.

A “Nova República” nasce radiosa de esperança, brotando das energias telúricas desprendidas pelas diuturnas lutas do povo brasileiro, que culminam na cruzada esplendorosa dos gigantescos comícios pródiretas. Por mais que se teçam nos gabinetes as vestes que vão cobrir o corpo do novo regime — e com tantos fios apodrecidos do antigo regime em perigoso continuísmo! —, a verdadeira urdidura se fez e se fará com as linhas das forças sociais significativas populares, médias e empresariais de consciência nacionalista em oposição àquelas que geraram a perda da substância popular, democrática e nacional.

O Brasil está colocado de modo inexorável diante da alternativa de embalar-se por esperança sempre alimentada por promessas progressivamente cumpridas, ou perder-se no desespero e desilusão frustrante, do tamanho das esperanças suscitadas. “Os milagres criam a fé, mas quando o milagre é um embuste, passado o deslumbramento, gera indignação” (B. Shaw). Se toda essa esperança levantada não passou de embuste para enganar mais uma vez o povo, fazendo a burguesia conchavos na obscuridade de seus cubículos conspiratórios, o preço que a Nação pagará por tanta irresponsabilidade e desperdício de chance histórica única não é hoje imaginável, mas é certamente ameaçador.

Nesse contexto de possibilidades do novo momento histórico na criação de real democracia, assentada na busca do consenso das forças sociais verdadeiras e concretas de um lado e de inquietantes sinais da parte das forças conservadoras em manter, com terrível miopia social, seus privilégios à custa da penúria das grandes massas populares, a Igreja conserva sua nítida vocação profética de sustentar a esperança e alertar contra as solertes e embusteadoras maquinações das forças que até agora sugaram, em vergonhosas mordomias e corrupções, o sangue já enfraquecido de um povo desnutrido.

A grande imprensa tem ventilado opiniões de homens de Igreja, que refletem precisamente essa oscilação, entre esperança e alerta, entre apoio e reserva, entre voto de confiança prévio e distância crítica. Ambos discursos correspondem à consciência pastoral da Igreja. Ao fixar-se

unicamente na esperança, oferecendo mais combustível para as expectativas populares, a Igreja pode facilmente converter-se em comparsa ingênua dos engodos das classes dominantes. Poderia ser a triste repetição dos acenos festivos que ela deu aos golpistas de 64 para depois logo em seguida amargar a solidão do desprezo, da perseguição, da rejeição por parte do regime nascido. Continuar na tônica da crítica, do levantamento de suspeita, pode significar falta de sensibilidade para o que acontece na Nação. Sem dúvida, há alegria, há esperança, há júbilo no meio do povo; "as alegrias e as esperanças ... dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças ... dos discípulos de Cristo" (GS 1). A Igreja não pode estar à margem dessa onda montante de expectativa confiante, já que ela é por excelência a portadora do anúncio salvífico, da promessa das bem-aventuranças, da fé no Cristo presente e atuante entre os homens, da superabundância da graça lá onde até mesmo abundou o pecado.

A função profética da esperança e/ou do alerta crítico exerce-se não única e simplesmente através do discurso falado nas pregações ou escrito nos documentos. Assim como Deus se revelou "gestis et verbis" — em ações e palavras —, a Igreja cumpre sua tarefa também "gestis et verbis". Nos anos obscuros da repressão, além dos inúmeros pronunciamentos proféticos — verbis, — a Igreja criou através de suas comunidades eclesiais de base e de grupos informais de leigos engajados realidades estruturais, elas mesmas proféticas por sua própria existência — gestis —.

A Igreja na "Nova República" não está convidada à omissão, como se as novas forças sociais em ação esgotassem todos os campos de sua atuação. A tese de que seria o momento de a hierarquia retirar-se à caserna eclesiástica, deixando que a infantaria leiga assumisse a dianteira, propagada simplisticamente pelos jornais, esconde profunda ambigüidade. Antes de tudo, desconhece o fato de que já no período doloroso da repressão os leigos tiveram presença significativa e corajosa.

Além do mais, uma retirada da fala profética da hierarquia poderia significar capitulação diante de pressões conservadoras intra e extra-eclesiásticas, e com isso, favorecer um retrocesso doloroso e arriscado de uma hierarquia colocada destemidamente ao lado dos pobres. Esta hierarquia que alentou, apoiou e sustentou a tantos de seus leigos no compromisso profético, com sua constante palavra e renovada presença, recolhendo-se a suas cúrias metropolitanas ou ao recinto sagrado de suas catedrais, poderia deixá-los ao desamparado, na ingênua crença de que todos os júpiteres civis e religiosos serenaram para sempre sua cólera fulminífera.

Naturalmente, quanto mais o laicato assumir responsável e livremente espaços maiores de eclesialidade, tanto mais a Igreja estará realizando os votos do Concílio Vaticano II. Mas a avançada do laicato não

significa nem implica necessário silêncio da hierarquia em temas que afetem a consciência nacional e sobretudo a defesa impertérrita dos pobres. Nada nos garante no momento que a luta dos pobres por terra, trabalho, habitação digna, alimentação nutritiva não encontrará a oposição violenta dos interesses de latifundiários, empresas agrárias, corporações transnacionais, banqueiros ávidos de lucros, pelo simples passe de mágica da entrada na "Nova República". No meio da euforia da abertura política, na expectativa esperançosa de novo governo, facilmente esquecemos que 1984 terá sido um dos anos mais violentos em assassinatos de líderes e índios envolvidos na luta pela terra. Só na Região do Araguaia foram mortos em 1984 43 assalariados rurais. E se medidas rápidas e urgentes não forem tomadas, a agressiva dinâmica da ocupação da terra pelos que dispõem de poder, maquinaria, capital, prosseguirá seu percurso imperterritamente por cima de inúmeros cadáveres de camponios.

Essa postura de vigilância, sempre necessária, deve, isso sim, ser supressumida alegremente pela profecia da práxis construtiva, cujos espaços parecem abrir-se na "Nova República". O existir e o agir proféticos das CEBs podem avançar, alimentando mutirões humanitários, despertando voluntariados sociais, em vista de derrotar os monstros do subemprego, da carência de bens alimentícios, da penúria escandalosa, da falta de condições de habitação, da perversa distribuição da terra.

Novos tempos, novos desafios à Igreja! A Sociedade Civil mais organizada, de textura mais consistente, já não necessita ser representada quase unicamente pela Igreja nos seus clamores críticos e nas suas atuações libertárias. Para isso, estão surgindo em rápida germinação inúmeros órgãos e associações representativos dos interesses e anseios das camadas sociais. A Igreja será deslocada do epicentro de muitos acontecimentos. Mais. Muitos, que militavam em seus arraiais porque lá encontravam espaço generoso para dar vazão a seu idealismo humanitário a serviço da causa das classes populares, descobrem outros canais políticos, quer em segmentos populares dos partidos legais, quer nas tendências de esquerda hoje mais liberalmente toleradas e amanhã talvez legalizadas.

Nesse momento impõe-se à Igreja dedicar-se a sua específica tarefa pedagógica da fé: Formar os leigos para atuar, imbuídos da visão cristã, nos inúmeros campos que a nova democracia nos abre. Primeiramente no campo dos cristãos da base. As CEBs, com a maravilhosa descoberta da articulação da Palavra de Deus com a vida, exigem ainda maior formação para enfrentar os novos problemas que a vida política cada vez mais atraente e avassalante levanta. Há um dinamismo secularizador e muito positivo na Política, ao instituir-se em sua autonomia diante da esfera religiosa. Perverte-se, porém, tal movimento interno ao expelir,

como espúria, qualquer insuflação de origem cristã, num secularismo radical. É nesse instante que a presença de leigos bem formados se faz urgente e necessária, para através de sua atividade política inocular no organismo social os germens de vida cristã, sem violar a autonomia da Política, como esfera do poder. E como muito desse trabalho deverá ser feito na luta política das camadas populares, conscientes e organizadas, a presença da Igreja se fará então através do princípio vital das CEBs.

No nível dos leigos letrados, impõe-se a tarefa de influir com a inspiração cristã os trabalhos preparatórios e a própria redação da nova Constituição. Ainda não sabemos como se organizarão as forças sociais para poderem fazer valer suas perspectivas, suas reivindicações. Mas, em todo caso, em todos os corpos sociais em que leigos cristãos estiverem presentes, cabe-lhes impregnar a nossa futura Carta Magna de princípios, leis que defendam sobretudo os até então desprotegidos pelas legislações anteriores. Certa paralisia social que o vírus maligno dos interesses dominantes provocou, tem sido conservada e agravada pelo monturo de leis iníquas, acumulado pelos últimos regimes militares pela força do arbítrio. A inteligentsia católica é desafiada, no momento, pela árdua tarefa de desajolar tais entulhos legais e criar uma digna Carta Magna que nos garanta para os próximos anos um convívio humano saudável, justo e em crescente processo democrático, atendendo máxime aos interesses das camadas populares.

Estas tarefas da Igreja pertencem a dimensões que a estruturam. Por isso, não se vêem afetadas no seu cerne pela nova conjuntura que se criou com o inesperado início doloroso da "Nova República." Fechávamos a redação do Editorial, quando o curso inicial do novo regime, previsto e programado de modo artesanal pelo Presidente eleito Tancredo Neves, viu-se violentamente abalado pela sua longa e dolorosa enfermidade com o desenlace trágico da morte. Estamos ainda por demais envolvidos pelo trauma nacional para ter lucidez de análise de toda esta "gestação simbólica" (H. Vaz) de quase 40 dias de sofrimento, alternando momentos de imensa esperança da recuperação do Presidente e de temor do pior com as contínuas recaídas.

Pedimos com ferventes orações o milagre da cura. Realizou-se, porém, outro milagre maior pela mediação simbólica e representativa do sofrimento do Presidente: A redenção da consciência nacional através de maravilhosa unidade de espírito, de sentimentos e de fé. Os 20 anos de divórcio entre o governo militar — expressão oficial da nacionalidade — e o povo, verdadeiro detentor da autêntica nacionalidade, foi tão gigantesco que ameaçava de necrose todo o corpo social. Os símbolos pátrios — Hino Nacional, bandeira, ditos populares nacionais — usados pelo regime militar em seus rituais de legitimação transformavam-se em tantos gestos envergonhados sobretudo para a juventude e por isso rejei-

tados e praticados unicamente sob o imperativo das obrigações impostas. Já desde os grandes comícios pró-diretas e agora de modo especial nos fatos que marcaram o início da "Nova República" e de maneira ainda mais impressionante na caminhada popular seguindo o féretro do Presidente, esses sinais nacionais readquirem esplendor e beleza. Dá-se o encontro do povo com sua nacionalidade, representada nos seus novos governantes, encarnados e simbolizados pela pessoa do Presidente enfermo e depois morto. O povo arranca das mãos da clique que até agora governara o país, ilegítima pela sua falta de substância popular, nacional e religiosa, a simbologia pátria e lhe dá o sentido popular, nacional e religioso, correspondente a sua índole e formação plurissecular, num sinal de esperança e confiança nos novos governantes. A grande pergunta e dolorosa dúvida que nos assaltam nesse momento vêm de que farão os atuais poderes — executivo e legislativo — com tanto crédito popular para realizarem as reformas internas necessárias e para afirmarem a soberania nacional sobretudo diante das nações credoras.

Nessa nova conjuntura política do início da "Nova República", que certamente deve muito nos seus princípios germinais à presença atuante da Igreja crítica e comprometida com os direitos humanos e com os direitos dos pobres, cabe à Igreja a ingente tarefa de manter acesa a esperança — fortemente provada com a morte do Presidente — do povo na sua capacidade de criação de uma substância verdadeiramente nacional, popular e religiosa, fechando assim o perigoso movimento pendular do populismo ao militarismo, do militarismo ao populismo. Que nasça com a presença da Igreja uma nação consciente, nova, justa, através de profundas mudanças, possibilitadas no momento pelo "mutirão cívico" (Tancredo Neves) criado em torno à pessoa-símbolo de Tancredo Neves. E toda essa gigantesca energia espiritual não se consumirá inutilmente somente se a caminhada trilhada for a da Justiça Social através dum confronto civilizado de todas as forças sociais reais da nação, em resposta sobretudo às necessidades e reivindicações especialmente das camadas populares.

25.04.1985